



CADERNO DE PROVAS ESCRITAS

20 de setembro de 2015

GESTÃO AMBIENTAL

EDITAL Nº 06/2015-REITORIA/IFRN
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas **caneta** esferográfica com material transparente com tinta na cor **azul ou preta**.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá **duração** máxima de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para responder a todas as questões do Caderno de Provas e preencher a Folha de Respostas.
- O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de **transcorridas 4 (quatro) horas** do início da aplicação da prova.
- Confira, com máxima atenção, o Caderno de Provas, observando o número de questões contidas e se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova Objetiva de Educação Profissional	10	100
Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos	30	
TOTAL DE QUESTÕES	40	

- Para cada questão de múltipla escolha, há apenas **1 (uma) opção** de resposta correta.
- Confira, com máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, número do documento de identidade e matéria/disciplina) constantes na Folha de Respostas estão corretos.
- Em havendo falhas na Folha de Respostas, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada ou danificada. Em hipótese alguma, será substituída.
- Assine a Folha de Respostas no espaço apropriado.
- Transfira as respostas para a Folha de Respostas somente quando não mais pretender fazer modificações.
- Não ultrapasse o **limite dos círculos** na Folha de Respostas das Questões de Múltipla Escolha.
- Ao retirar-se definitivamente da sala, **entregue a Folha de Respostas ao fiscal**.

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA **FOLHA DE RESPOSTAS** DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1. Um dos princípios orientadores do currículo integrado adotado pelo IFRN, estabelecido no Projeto Político-pedagógico institucional, é
 - A) o entendimento de que a prática educativa, pautada no multiculturalismo, deve desenvolver a sensibilidade e o respeito à pluralidade de valores e de universos culturais.
 - B) a compreensão de que homens e mulheres produzem sua condição humana como seres histórico-sociais capazes de transformar a realidade.
 - C) o desenvolvimento de um projeto pedagógico coletivo e assegurador do acesso às formas mais elaboradas do saber e às práticas de decisões democráticas.
 - D) a concepção de ser humano incompleto, mas capaz de realizar o seu projeto existencial como um ser sócio-histórico e produtor de conhecimento.

2. Respalhando-se na concepção de gestão educacional descrita no seu Projeto Político-pedagógico, o IFRN concebe uma gestão baseada no paradigma
 - A) crítico-dialético.
 - B) autocrático.
 - C) sócio-reprodutivista.
 - D) gerencial.

3. Segundo o Decreto nº 5.154/2004 e suas atualizações posteriores, uma das premissas da Educação Profissional é a
 - A) preparação para o exercício de profissões técnicas.
 - B) articulação entre conhecimentos gerais e técnicos.
 - C) centralidade na qualificação para o trabalho.
 - D) indissociabilidade entre teoria e prática.

4. Sobre os cursos e os programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, é correto afirmar:
 - A) serão integrados ao ensino médio, oferecidos a adultos que já tenham concluído o ensino fundamental, objetivando a habilitação profissional técnica de trabalhadores sem formação especializada.
 - B) serão subsequentes, preferencialmente, à educação profissional técnica de nível médio, objetivando a formação de trabalhadores em área específica, com aproveitamento contínuo dos estudos.
 - C) serão articulados, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.
 - D) serão concomitantes ao ensino fundamental, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social em adultos sem qualificação profissional e baixa escolaridade.

5. São princípios orientadores da prática pedagógica declarados no Projeto Político-pedagógico do IFRN:
- A) a formação integral como princípio pedagógico, o currículo integrado como concepção educacional, o respeito ao saber do educando e a interdisciplinaridade.
 - B) o currículo integrado como concepção educacional, o planejamento coletivo como princípio pedagógico, o respeito às diferenças e a transdisciplinaridade.
 - C) a pesquisa como princípio pedagógico, o trabalho como princípio educativo, o respeito à diversidade e a interdisciplinaridade.
 - D) o trabalho como princípio educativo, a formação integral como princípio pedagógico, o planejamento pedagógico e a transdisciplinaridade.
6. A concepção de currículo integrado, adotada pelo IFRN, preconiza que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos nos quais se dá a preparação para o trabalho. Essa concepção traz, pois, o trabalho como princípio educativo.
- Em tal perspectiva de formação, compreender o trabalho como princípio educativo significa dizer:
- A) a educação, entendida como modalidade específica e diferenciada de trabalho, mediatiza e integra os conteúdos das ciências, da tecnologia e da cultura, determinados pela práxis produtiva.
 - B) a profissionalização opõe-se à simples formação para o mercado de trabalho e incorpora valores ético-políticos e conteúdos histórico-científicos, ambos caracterizadores da práxis humana.
 - C) o trabalho aparece, de forma implícita, no currículo, em função da incorporação de conteúdos e de vivências práticas, os quais simulam as condições necessárias para o aprendizado de uma profissão.
 - D) o currículo tem por finalidade fazer compreender e viver a estrutura econômico-social, a partir da inserção de todos na atividade de produção e da intensificação da capacidade do saber fazer.
7. O Decreto nº 5.154/2004, regulamenta os arts. 39, 40 e 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), estabelecendo que a educação profissional, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de
- A) formação inicial e continuada de trabalhadores; formação profissional de nível médio; e formação docente nas áreas de ciências e matemática em nível de graduação e de pós-graduação.
 - B) educação tecnológica de nível médio; educação profissional para licenciados; e educação profissional de nível superior.
 - C) qualificação profissional de nível médio; formação profissional para técnicos; e formação tecnológica de graduação e de pós-graduação.
 - D) qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; educação técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.
8. Um dos objetivos dos Institutos Federais previstos na Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, é:
- A) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental e para o público de educação de jovens e adultos.
 - B) ofertar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos subsequentes e integrados de formação inicial e continuada, incluindo-se o público de educação de jovens e adultos.
 - C) ministrar educação tecnológica de nível médio, para concluintes do ensino fundamental, na forma de cursos concomitantes, incluindo-se o público de educação de jovens e adultos.
 - D) ofertar educação tecnológica de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequentes e concomitantes, para concluintes do ensino fundamental e para o público de educação de jovens e adultos.

9. O desenvolvimento das teorias acerca dos processos de aprendizagem não tem sido acompanhado de um progresso paralelo na prática, causando, assim, uma defasagem da ação prática pedagógica em relação ao plano teórico da aprendizagem.

Nesse entendimento, é correto afirmar:

- A) as teorias da aprendizagem são aproximações parciais e restritas a aspectos e a áreas concretas da aprendizagem e dificilmente constituem um corpo integrado de conhecimentos capazes de explicar o sentido global dos fenômenos complexos que ocorrem na aprendizagem escolar.
- B) as teorias da aprendizagem possuem caráter conteudista, desconhecem a influência dos elementos pessoais que intervêm na escola e desconsideram o elevado grau de indeterminação na aprendizagem e na interação dos atores envolvidos em situações particulares cuja dinâmica é difícil de prever.
- C) as teorias da aprendizagem dão informações básicas e suficientes para organizar a teoria e a prática do ensino; porém, a prática pedagógica enfrenta o problema de como intervir para provocar a construção de uma nova realidade, respeitando os princípios e as propostas debatidos no plano teórico.
- D) as teorias da aprendizagem possuem naturezas prescritiva e normativa enquanto as teorias do ensino são descritivas e pretendem conquistar um nível explicativo, sendo, pois, o ponto mais obscuro entre as teorias de aprendizagem e a prática, o que inviabiliza a aplicação nos processos práticos de aprendizagem.

10. Cada uma das teorias mediacionais de aprendizagem, implícita ou explicitamente, sugere estratégias de mediação em uma situação concreta de ensino.

Sobres essas teorias, é correto afirmar:

- A) a teoria do processamento de informação, pautada nas ideias de Gagné, aponta, como aplicações diretas de mediação do ensino, os programas de reforço, o ensino programado, as máquinas de ensinar, os programas de economia de fichas de aulas, a análise de tarefas e os programas de modificação de conduta.
- B) a teoria genético-dialética, pautada nas ideias de Vigotsky, direciona-se para a manipulação e a exploração do ambiente; a participação ativa do sujeito nos diferentes processos de seleção, combinação e organização de informações; e os estímulos constantes de trocas cotidianas com o meio, de forma individual.
- C) a teoria genético-cognitiva, pautada nas ideias de Bruner, valoriza a transmissão educativa, a atividade tutorada, as participações em grupo, a cooperação, o intercâmbio de ideias e as concepções de ajuda; e exige, em complementação, que o ambiente educativo se aproxime, ao máximo, do contexto social do aluno.
- D) a teoria da aprendizagem significativa, pautada nas ideias de Ausubel, indica que o conteúdo a ser ensinado deve ser potencialmente significativo; o material didático precisa ser organizado de forma lógica e hierárquica; e o aluno precisa estar disposto a relacionar o material de maneira consistente e não arbitrária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O art. 36 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece competências ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, no tocante à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.
- Assinale a opção que apresenta uma dessas competências.
- A) Estimular o uso de equipamentos individuais de segurança pelos profissionais coletores de resíduos e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis.
 - B) Identificar a natureza dos resíduos e comunicar, imediatamente, aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou sinistros relacionados aos resíduos perigosos.
 - C) Dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.
 - D) Acondicionar, adequadamente e de forma diferenciada, os resíduos sólidos gerados e identificar os resíduos de possível valor para reciclagem.
12. Assinale a alternativa que apresenta o instrumento que sistematiza o diagnóstico ambiental, a análise dos impactos ambientais, as medidas mitigadoras e o programa de acompanhamento e monitoramento de impactos ambientais.
- A) Estudo de Impacto Ambiental.
 - B) Programa de Avaliação dos Impactos.
 - C) Prognóstico da Qualidade Ambiental.
 - D) Diagnóstico da Área de Influência.
13. Determinar a eficácia das medidas de proteção, desenvolver a capacidade de melhor prever os impactos ambientais, por intermédio da verificação da relação entre os impactos previstos e os reais, para subsidiar futuros projetos e de seus programas, a fim de proteger o meio ambiente, são atribuições relacionadas à etapa
- A) do diagnóstico, em que a realização do Relatório Ambiental Preliminar no Estudo de Impacto Ambiental, estabelecido pela Resolução nº 001/1986 do CONAMA.
 - B) de elaboração do Relatório de Impacto Ambiental, em que a equipe multidisciplinar descreve o projeto com informações fornecidas pelo empresário.
 - C) do processo de Avaliação de Impacto, em que a equipe responsável apresenta os resultados no Relatório de Impacto Ambiental para divulgação.
 - D) de monitoramento, em que a equipe multidisciplinar desenvolve um sistema contínuo de observação, medição e avaliação, constituinte do Estudo de Impacto Ambiental.
14. O processo de gestão urbana compreende o planejamento, a implementação e o acompanhamento dos procedimentos de intervenção necessários para reorientar as ações em busca da conquista dos objetivos previamente definidos.
- Assinale a opção que apresenta a finalidade de um processo de intervenção urbana.
- A) Promover o desenvolvimento urbano em busca de uma melhor qualidade de vida.
 - B) Expandir os serviços públicos para promover a conformidade ambiental do crescimento das cidades.
 - C) Implantar ações educativas para orientar os cidadãos quanto à identificação de problemas sociais.
 - D) Identificar áreas deterioradas para direcionar ações de diagnóstico de áreas de proteção urbana.
15. A rotulagem ambiental consiste na certificação de produtos adequados ao uso que apresentem menor impacto no meio ambiente, em relação a produtos comparáveis disponíveis no mercado.
- Nesse contexto, a rotulagem ambiental
- A) do tipo I é aquela conferida a partir de uma autodeclaração.
 - B) é uma certificação cujos princípios estão definidos na NBR ISO 14000:2004.
 - C) do tipo III baseia-se na avaliação do ciclo de vida dos produtos.
 - D) é uma certificação voltada para as empresas.

16. A avaliação dos impactos ambientais consiste em estabelecer o grau de importância de cada um dos impactos em relação aos fatores ambientais afetados. Nesse sentido, a magnitude de um impacto ambiental nem sempre expressa isoladamente a importância dele em relação a outros.
- A importância de um impacto ambiental é atribuída em função da
- A) efetividade dos atributos de identificação, predição, interpretação, comunicação e monitoramento.
 - B) magnitude em termos quantitativos expressa por meio de valores numéricos.
 - C) combinação de valores expressos no potencial do impacto.
 - D) fragilidade dos usos, do valor social e da importância do recurso ambiental a ser afetado.
17. A Resolução nº 5/1989 do CONAMA instituiu o Programa Nacional de qualidade do Ar (PRONAR), como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e do bem estar das populações e melhoria da qualidade de vida. Essa resolução tem o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do país de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica, com vistas à
- A) proibição de certos tipos de fontes de poluição em algumas áreas; à limitação do número de fontes de poluição; e ao estabelecimento de padrões de qualidade do ar.
 - B) determinação de medidas de caráter preventivo referentes à qualidade do ar; à fixação de faixas de proteção ambiental e sanitária; e à avaliação da qualidade do ar à luz dos limites estabelecidos.
 - C) instalação de estações de monitoramento da qualidade do ar; ao fornecimento de dados para ativar ações de emergência; e ao acompanhamento das tendências e mudanças na qualidade do ar.
 - D) melhoria da qualidade do ar; ao atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos; e ao não comprometimento da qualidade do ar em áreas consideradas não degradadas.
18. A gestão ambiental envolve um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos e adequadamente aplicados, que visam reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente.
- Nesse contexto, um programa de gestão ambiental engloba:
- A) economia ambiental; elaboração da caracterização ambiental; avaliação de impactos ambientais; caracterização da atividade; formação de equipe multidisciplinar; programa de saneamento ambiental; e programa de educação ambiental.
 - B) caracterização e valoração ambiental; estudos de impacto ambiental; análise de risco; manejo dos recursos ambientais; zoneamento; propostas de medidas mitigadoras; planos de recuperação de áreas degradadas; e legislação ambiental.
 - C) controle da qualidade do meio ambiente; análise crítica do trabalho de gestão; auditoria e certificação ambiental; e elaboração de programas de qualidade de vida.
 - D) descrição dos impactos ambientais; política de saneamento; delineamento das propostas de execução; monitoramento das atividades; e realização de diagnóstico ambiental e econômico.
19. Nos estudos de impacto ambiental, a Resolução nº 9/1987 do CONAMA regulamentou a realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental.
- Esse tipo de audiência pública será promovida quando
- A) reconhecida a incompatibilidade com as políticas e os projetos governamentais ou quando solicitada pelo Ministério Público, pelo órgão de meio ambiente ou pelos órgãos envolvidos e as pessoas afetadas.
 - B) imposta pelo órgão ambiental responsável em conceder as licenças ou quando solicitada por entidade civil, por qualquer cidadão que se achar prejudicado pelo empreendimento ou pelas academias.
 - C) detectada a desconformidade do empreendimento em relação ao projeto apresentado ou quando solicitada pela sociedade civil, por cinquenta ou mais cidadãos ou por uma equipe multidisciplinar.
 - D) julgada necessária pelo órgão de meio ambiente ou quando solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou por cinquenta ou mais cidadãos.

20. Cidades sustentáveis pressupõem a garantia do direito dos seres humanos viverem dignamente no local que escolheram para viver.

Segundo os compromissos firmados na Conferência de Johannesburgo, esse pressuposto da sustentabilidade implica tornar práticos e efetivos:

- A) a garantia de sustentabilidade ambiental; o direito à saúde e ao lazer; o direito de acesso a áreas verdes nas cidades; o direito de acessos a parques públicos; e o direito de acesso a ambientes livres de poluição.
- B) a garantia de padrões de consumo e de produção para atendimento das necessidades básicas; o direito a uma gestão integrada; o direito a serviços de segurança próprios; e o direito de acesso a ocupações diferenciadas.
- C) a obrigação de realizarem-se construções sustentáveis; o direito à habitação; o direito de acesso ao patrimônio imobiliário; e o direito de acesso aos serviços públicos.
- D) a obrigação de saneamento de alimentos; o direito de realizarem-se construções planejadas; o direito de acesso aos programas de saúde; o direito de acesso a escolas; e o direito de acesso a tecnologias limpas.

21. Auditoria ambiental, cujas diretrizes são estabelecidas na norma NBR ISO 14011, é um instrumento utilizado pelas empresas para auxiliá-las no controle do atendimento a políticas, a práticas, aos procedimentos e/ou requisitos estipulados, com o objetivo de evitar a degradação ambiental.

Considerando o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estruturado na NBR ISO 14001:2004, são objetivos de auditoria de certificação:

- A) confirmar se o programa de SGA documentado atende aos objetivos propostos; determinar áreas de potencial melhoria no SGA; e assegurar que o escopo do SGA está completamente acordado e entendido por todas as partes interessadas na auditoria.
- B) avaliar se o SGA de uma organização estabelece relação contratual; prover autoridade e recursos apropriados para a condução da auditoria; e identificar se o processo interno de análise crítica é capaz de assegurar a contínua adequação e eficácia.
- C) confirmar se o SGA está em conformidade com todos os elementos da norma; determinar se o SGA é projetado para alcançar conformidade com a legislação e melhoria contínua do desempenho ambiental; e identificar se a organização está em conformidade com suas próprias políticas e procedimentos.
- D) avaliar se as atividades de uma organização respeitam o meio ambiente; identificar se todas as cláusulas da norma do SGA foram atendidas; elencar os procedimentos de identificação e avaliação de importância de aspectos e impactos ambientais.

22. Os indicadores de responsabilidade social corporativa estão relacionados à avaliação da gestão de empresas. Esses indicadores servem para o monitoramento da evolução das ações de responsabilidade social para o planejamento de estratégias e para o acompanhamento do desempenho da gestão.

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

- A) constituem um documento de avaliação do perfil das empresas que permite fornecer uma base para efetuar a auditoria social e criar um *ranking* de responsabilidade social.
- B) possibilitam o acesso a informações e permite comparações, evidenciando o comportamento social da empresa em um período e em um setor.
- C) constituem uma ferramenta de diagnóstico que permite identificar práticas de responsabilidade social e verificar o investimento, o impacto, a imagem e a sustentabilidade.
- D) possibilitam a utilização de planilha como base de cálculo para a receita líquida e resultado operacional em relação à folha de pagamento.

23. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fruto da ECO-92, enuncia que os estados devem promover a adoção de instrumentos econômicos como iniciativa de proteção à integridade do sistema ambiental global.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, instrumentos econômicos das políticas ambientais.

- A) impostos, troca de emissões e taxas ambientais.
- B) licenças negociáveis, subsídios e sistema de depósito-reembolso.
- C) marketing ambiental, ICMS ecológico e subsídios.
- D) troca de emissões, taxaço de poluição e valor presente líquido.

24. As medidas de controle de exposição, quando implantadas, devem ser necessárias e suficientes a fim de reduzir ou eliminar a exposição ocupacional a substâncias e/ou condições que podem originar efeito deletério à saúde no ambiente de trabalho. Essas medidas podem ser de ordem administrativa ou de ordem técnica.

Assinale a opção em que se destacam as medidas de ordem administrativa.

- A) Treinamento dos trabalhadores; instituição de comissões de saúde para tratar o trabalhador; e segregação física do agente ou da atividade.
- B) Identificação da raiz do problema para nortear as ações corretivas; melhoria das condições de ventilação; e contratação de médicos especializados em medicina do trabalho.
- C) Interdição ou paralisação de atividades ou operações; proibição do uso de certos produtos; e limitação do tempo de exposição.
- D) Eliminação do agente causador; utilização de equipamentos de proteção individual; e estabelecimento de parcerias com órgãos públicos de saúde e segurança.

25. Resolução nº 23/1994 do CONAMA definiu as licenças ambientais em função da natureza, das características e da peculiaridade de determinadas atividades.

Com base nessa Resolução, os órgãos estaduais de meio ambiente e o IBAMA, quando couber, no exercício de suas atribuições de controle de atividades de exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural, expedirão, dentre outras, as seguintes licenças:

- A) a Licença Única de Instalação e Operação, que autoriza a instalação de unidades e sistemas necessários à produção e ao escoamento; e a Licença Prévia e de Instalação, que autoriza o início da operação das unidades, das instalações e dos sistemas integrantes da atividade.
- B) a Licença de Instalação, que autoriza a instalação de unidades e sistemas necessários à produção e ao escoamento; e o Licenciamento Ambiental de Sistema de Esgotamento Sanitário, que autoriza o uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes.
- C) a Licença de Operação, que autoriza o início da operação do empreendimento ou das unidades, instalações e sistemas integrantes da atividade; e a Licença Prévia de Produção para Pesquisa, que autoriza a produção para pesquisa de viabilidade econômica da jazida.
- D) a Licença Prévia de Implantação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, que autoriza a concessão de áreas ambientalmente protegidas; e a Licença Prévia para Perfuração, que autoriza a atividade de perfuração.

26. Considerando o processo de certificação ambiental de organizações regulamentado pela NBR ISO 14001:2004, é correto afirmar:

- A) a obtenção da certificação é restrita a empresas que, comprovadamente, exerçam atividades consideradas potencialmente poluidoras ao meio ambiente.
- B) para a obtenção e manutenção do certificado, a organização tem que se submeter a auditorias periódicas realizadas por uma empresa certificadora credenciada por organismo oficial.
- C) o CONAMA é a instituição responsável por credenciar as empresas responsáveis pela emissão dos certificados no Brasil.
- D) para verificar se continua a atender aos requisitos da norma, a cada 12 meses, o sistema que recebeu o certificado é auditado.

27. A metodologia Plan-Do-Check-Act (PDCA) é utilizada no planejamento ambiental em um Sistema de Gestão Ambiental estruturado pela NBR ISO 14001:2004.

Em relação à metodologia PDCA, é correto afirmar:

- A) o PDCA consiste num instrumento de gerenciamento de projetos, que contempla planejamento, desenvolvimento, controle e atualização.
- B) o PDCA analisa os processos em uma abordagem estruturada para melhoria de processos e produtos, envolvendo as etapas de planejamento, de execução, de controle e de avaliação.
- C) na etapa Check, é obrigatória a elaboração de procedimentos operacionais padrões e traçadas metas melhorar o sistema.
- D) na etapa Act são traçadas metas, estipulados métodos e verificados os resultados de forma a melhorar o sistema e o método de trabalho.

28. Os indicadores de sustentabilidade diferem dos indicadores tradicionais de progresso econômico, social e ambiental, pois exigem uma visão integrada do mundo por meio de indicadores multidimensionais que mostrem as relações existente entre eles.

Os critérios para a seleção de indicadores de sustentabilidade se baseiam em:

- A) seletividade dos indicadores; simplicidade na formulação do indicador; clareza no delineamento; adequação do processamento e da avaliação; melhoria dos processos por meio de pesquisa de mercado; melhoria da imagem da empresa; adequação da escala temporal e espacial; e identificação de estratégias para eliminar desperdícios.
- B) importância dos objetivos para relatar novas correlações; fornecimento de base empírica e quantitativa de avaliação; proposição de melhorias internas no processo administrativo; indicação de alternativas para facilitar a obtenção de financiamentos; e fundamentação de estratégias para obter certificados ambientais.
- C) relevância direta aos objetivos de um projeto; limitação do número; clareza no delineamento; realismo dos custos no desenvolvimento; clareza na identificação das ligações causais; elevação da qualidade e confiabilidade; adequação da escala temporal e espacial; e identificação de objetivos e fundamentos.
- D) disposição de instrumentos para selecionar os indicadores; apresentação da metodologia; indicação dos passos para a melhoria contínua; realização de comparações externas; e fortalecimento do diálogo entre as questões do meio biofísico com questões socioeconômicas.

29. Áreas contaminadas são locais ou terrenos onde há, comprovadamente, poluição e contaminação, causadas pela introdução de substâncias ou resíduos que nelas tenham sido depositados, acumulados, armazenados ou infiltrados de forma planejada, acidental ou até mesmo natural.

A metodologia de gerenciamento dessas áreas envolve:

- A) a especificação dos procedimentos para execução das etapas; a descrição dos mecanismos para responsabilização; e o estabelecimento de prazos para execução das etapas e para o encerramento do processo.
- B) a avaliação preliminar para a elaboração de um diagnóstico inicial das áreas contaminadas; a investigação detalhada para direcionar o processo de recuperação; e a elaboração de planos de caráter administrativo.
- C) a indicação da área potencialmente contaminada para orientar a execução; a elaboração de um diagnóstico; e a averiguação de denúncias e reclamações recebidas pelo órgão responsável.
- D) a elaboração do plano diretor para definir o uso e a ocupação da área; a identificação dos recursos financeiros para a execução das etapas; e o delineamento do planejamento urbano.

30. A adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em uma empresa, tendo como base a norma BS-7750/1992 do Instituto Britânico de Normatização (BSI), pode apresentar algumas vantagens.

Baseando-se nessas informações, o SGA deve contemplar os seguintes elementos básicos:

- A) competitividade; melhoria organizacional; revisão inicial; redução da intensidade de energia utilizada nos bens e serviços; minimização dos custos; e minimização de riscos.
- B) comprometimento da alta administração; revisão inicial; política ambiental; organização e pessoal; objetivos e metas; e auditorias.
- C) equilíbrio e proteção ambiental; comprometimento de todos; determinação do sistema de gestão; e zelo pelo princípio do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento sustentável.
- D) integração da excelência ambiental em sua filosofia corporativa; política ambiental; identificação e avaliação de efeitos ambientais; e impactos ambientais.

31. A Produção Mais Limpa (P + L) consiste na aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica, integrada aos processos e produtos, visando aumentar a eficiência e reduzir os riscos às pessoas e ao meio ambiente.

Considerando as informações acima, é correto afirmar:

- A) uma das técnicas da P + L é a prevenção à poluição, responsável pela eliminação de resíduos e poluentes na fonte geradora.
- B) a P + L passou a incorporar novas variáveis, critérios e princípios incluindo as questões sociais, que impactam diretamente sobre o meio ambiente.
- C) com a implementação da P + L, o processo produtivo, que antes utilizava uma abordagem focada no controle da contaminação, passou a privilegiar as tecnologias de fim de tubo.
- D) a implementação da P + L é inadequada frente à preocupação com o pós-consumo dos produtos e a uma legislação cada vez mais restritiva à geração de externalidades.

32. No *Ecodesign*, as mudanças incorporadas, tanto no processo quanto no produto, visam à criação de produtos e processos eco-eficientes.

Sobre o *ecodesign*, é correto afirmar:

- A) a NBR ISO 14006:2014 destina-se ao uso do *Ecodesign* por organizações que implementam um sistema de gestão ambiental estruturado de acordo com a ISO 14001 ou outros sistemas de gestão.
- B) a NBR ISO 19011:2002 fornece as diretrizes para ajudar as organizações a implementar, manter e melhorar continuamente sua gestão do *Ecodesign*, como parte de um sistema de gestão ambiental.
- C) o *Ecodesign* exige a adoção de uma consciência ecológica na concepção de processos para monitorar o ciclo de vida de produtos.
- D) o *Ecodesign* exige a adoção de ferramentas qualitativas, como, por exemplo, a avaliação de ciclo de vida.

33. A Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e foi regulamentada pela Resolução nº 001/1986 do CONAMA.

Em relação às metodologias para determinar os impactos ambientais, o Sistema de Battelle é a metodologia que elabora

- A) quadros dimensionais para a determinação dos impactos decorrentes da interação entre os elementos específicos do meio ambiente.
- B) diferentes cartas sobre os fatores ambientais sobre os diferentes impactos, obtendo uma caracterização composta e complexa do ambiente regional.
- C) lista de controle sofisticada com as categorias ecologia, físico-química, interesse humano e social.
- D) declarações para garantir uma lista de parâmetros pré-definidos durante a avaliação.

34. Em um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), estruturado na NBR ISO 14001:2004, são exemplos de ações aplicáveis aos requisitos de ação corretiva e de ação preventiva, respectivamente:

- A) a determinação dos impactos ambientais da organização e a definição de seus respectivos planos de controle ambiental.
- B) a manutenção periódica de equipamentos e a medição de aspectos ambientais significativos.
- C) a execução de ações para mitigar os impactos ambientais e a análise de eficácia das ações executadas.
- D) a análise crítica das causas da não conformidade e o afastamento provisório dos responsáveis.

35. Por meio das bases de dados cartográficos espaciais, é possível gerar o Modelo Digital de Elevação (MDE). Essa ferramenta do geoprocessamento, potencializada pelo Sistema de Informações Geográficas (SIG), possibilita o uso do MDE na gestão urbana, quando se abordam elementos que caracterizam a morfologia da cidade.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, os elementos que possibilitam o uso do MDE na gestão urbana.

- A) Insolação, hipsometria e declividade.
- B) Insolação, declividade e demografia.
- C) Umidade, demografia e moradia.
- D) Umidade, hipsometria e moradia.

36. A Resolução nº 357/2005 do CONAMA dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento e estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. De acordo com essa resolução,
- A) a emissão de efluentes que tenham condições e padrões adequados é permitida, independentemente da classificação das águas do corpo receptor.
 - B) a recreação de contato primário é admitida em águas doces Classes 1 e 2, enquanto para navegação não há restrições de uso preponderante.
 - C) as águas doces de Classe 1 podem ser usadas para o abastecimento humano sem tratamento prévio ou desinfecção.
 - D) as águas doces de Classe 4 são destinadas ao abastecimento humano, após tratamento convencional ou avançado.
37. O Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei nº 6938/1981, possui um modelo descentralizado de gestão ambiental, formado por uma rede articulada de organizações nos diferentes âmbitos da federação, distribuídos nas seguintes instâncias: superior, central, executor, seccional e local. Assinale a opção que apresenta a associação correta entre as instâncias e seus respectivos órgãos integrantes da estrutura organizacional do SISNAMA.
- A) Superior – Ministério do Meio Ambiente; consultivo e deliberativo – Conselho de Governo; central – IDEMA; executor – IBAMA; seccionais – órgãos ou entidades regionais; e locais – órgãos ou entidades estaduais.
 - B) Superior – Conselho de Governo; consultivo e deliberativo – CONAMA; central – Ministério do Meio Ambiente; executor – IBAMA; seccionais – órgãos ou entidades estaduais; e locais – órgãos ou entidades municipais.
 - C) Superior – Ministério do Meio Ambiente; consultivo e deliberativo – CONAMA; central – Conselho de Governo; executor – IDEMA; seccionais – órgãos ou entidades estaduais; e locais – órgãos ou entidades municipais.
 - D) Superior – Conselho de Governo; consultivo e deliberativo – IBAMA; central – Ministério do Meio Ambiente; executor – CONAMA; seccionais – órgãos ou entidades estaduais; e locais – órgãos ou entidades estaduais.
38. Os princípios do direito ambiental são primados que servem para a construção e interpretação de normas jurídicas que, se bem utilizadas pela administração pública e pelos empreendedores, favorecem o meio ambiente e a sustentabilidade. Em relação aos princípios jurídicos ambientais, é correto afirmar:
- A) o princípio do desenvolvimento sustentável trata da proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, porém se aplica apenas aos órgão estatais, atingindo a coletividade de forma indireta.
 - B) o princípio do usuário-pagador trata de uma penalização ao cidadão pelo uso indevido do meio ambiente, pois esse tem o dever de preservá-lo e defendê-lo.
 - C) o princípio da responsabilidade estatal de cuidar do meio ambiente alcança as esferas federal e estadual, não se aplicando porém, nem ao poder legislativo nem à esfera municipal.
 - D) o princípio do poluidor-pagador influencia as regras referentes ao Licenciamento Ambiental como, por exemplo, o pagamento, pelo empreendedor, do Estudo de Impacto Ambiental.

39. A Lei nº 9.605/1998 trata, de forma orgânica, de condutas que tipificadas como crimes ambientais, abrangendo aspectos de dano ou de risco como o simples perigo ao meio ambiente, nos termos da referida legislação, é correto afirmar:
- A) executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, acarretará a apreensão dos produtos e instrumentos utilizados e na aplicação de multa, lavrando-se os respectivos autos, sem previsão de pena de reclusão.
 - B) entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais e os Refúgios de Vida Silvestre, prevendo-se, em caso de crime culposo, a exclusão do agravante para a fixação da pena quando o infrator gerar danos que afetem espécies ameaçadas de extinção no interior dessas Unidades de Conservação.
 - C) considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, podendo o auto de infração ambiental ser lavrado por qualquer pessoa, para efeito do exercício do seu poder de cidadão, desde que constatada e comprovada a infração.
 - D) causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora gera pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.
40. Para a proteção ao meio ambiente no Brasil, o direito ambiental conta com um importante meio jurídico processual, a Ação Civil Pública, nos termos da Lei nº 7.437/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, é correto afirmar:
- A) a Ação Civil Pública é de natureza condenatória e coletiva, sendo exclusiva do Ministério Público, e tem como finalidade investigar a ocorrência e autoria de um possível dano ambiental e estabelecer pena para o infrator.
 - B) se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
 - C) a Ação Civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, cabendo-se ajuizamento de ação cautelar privativamente nos casos de dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
 - D) se, esgotadas todas as diligências, o órgão do Ministério Público se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, os autos do inquérito civil serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, à Defensoria Pública, que dará autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.